

Capacitação de Agentes de Inovação na Indústria

Módulo 1: ***Introdução à Gestão da Inovação***

Dr. J. Ricardo G. Mendonça

Políticas de incentivo à inovação

MECANISMOS TÉCNICOS	INFRA-ESTRUTURA DE P&D	
	LABORATÓRIOS DE ANÁLISES DE CARACTERIZAÇÃO	
	LABORATÓRIOS DE CALIBRAÇÃO E AFERIÇÃO	
	INSTITUIÇÕES DE CERTIFICAÇÃO	
	SISTEMA DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	
	VEÍCULOS DE DIFUSÃO TECNOLÓGICA (BIBLIOTECAS, PUBLICAÇÕES)	
	SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	
	SISTEMA DE IMPORTAÇÃO DE TECNOLOGIA	
	MECANISMOS DE POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR	
MECANISMOS FINANCEIROS	INCENTIVOS FISCAIS	ISENÇÕES FISCAIS
		REDUÇÕES TRIBUTÁRIAS
	FINANCIAMENTO	EMPRÉSTIMOS EM CONDIÇÕES FAVORÁVEIS
		FINANCIAMENTO COM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS (RISCO)
		CAPITAL SEMENTE
		PROJETOS COOPERATIVOS COM ICTs
		SUBVENÇÃO
USO DO PODER DE COMPRA DO ESTADO		

Políticas de incentivo à inovação

Incentivos, subvenção, financiamento e encomendas

- Incentivos fiscais: visam estimular as empresas a investir em P&D&I por meio de sistemas de compensação ao investimento realizado, modificando o custo e o risco de novos projetos
- Subvenção econômica: instrumento pelo qual a União, por meio das agências de fomento, concede recursos financeiros para atividades de P&D&I nas empresas
- Financiamento: apoio financeiro reembolsável ou não-reembolsável concedido a empresas que demonstrem capacidade de pagamento ou de desenvolver os projetos objeto do financiamento
- Encomendas governamentais: custeio de atividades de P&D&I com recursos públicos visando incentivar o desenvolvimento de setores estratégicos como, e.g., o aeroespacial, militar, energético, ambiental e de segurança

Políticas de incentivo à inovação

Lei nº 10.973, de 2 dez. 2004 – Lei da Inovação

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências

- Art. 1º – Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos Arts. 218 e 219 da Constituição
- Regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 out. 2005, possui três “eixos”:
 1. A constituição de ambientes propícios a parcerias empresas-ICTs
 2. O estímulo à participação de ICTs no processo de inovação
 3. O estímulo à inovação na empresa

Políticas de incentivo à inovação

Lei da Inovação: impactos para as empresas

- A União, as ICTs e as agências de fomento deverão conceder recursos financeiros, humanos, materiais ou de infra-estrutura para apoiar atividades de P&D&I para atender às prioridades da política industrial e tecnológica (Art. 19)
- Os órgãos e entidades da administração pública poderão contratar empresas e entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos para a realização de atividades de P&D para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador (Art. 20)
- As agências de fomento deverão promover ações de estímulo à inovação nas MPEs, inclusive mediante extensão tecnológica realizada pelas ICTs (Art. 21)
- Fica autorizada a instituição de fundos mútuos de investimento em empresas cuja atividade principal seja a inovação (Art. 23)

Políticas de incentivo à inovação

Lei nº 11.196, de 21 nov. 2005 – Lei do Bem

(...); dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; (...)

- Institui também o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital

Regulamentada pelo Decreto nº 5.798, de 7 jun. 2006, que

Regulamenta os incentivos fiscais às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, de que tratam os Arts. 17 a 26 da Lei nº 11.196, de 21 de nov. de 2005

Capítulo III: Dos incentivos à inovação tecnológica, Arts. 17 a 26.

Políticas de incentivo à inovação

Novidades introduzidas pela Lei do Bem

A lei compila a legislação de incentivos fiscais à P&D&I, revogando toda a bateria existente (mantendo incentivos em vigor tal como modificados pela legislação posterior), introduzindo as seguintes novidades:

- Os incentivos são automáticos e espontâneos, sem necessidade de projeto ou autorização prévia
- Dedução múltipla de despesas em P&D&I em 160% do despendido, podendo chegar a 180% em função de pesquisadores empregados ou a 200% se houver registro de PI
- Importâncias repassadas a MPEs para efetuar P&D&I são dedutíveis mas não tem a natureza de receita da beneficiária;
- Subvenção de até 60% dos salários de mestres e doutores em atividades de P&D&I nas empresas

Políticas de incentivo à inovação

A Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP

Proposta abrangente, conseqüente e convergente com a política macroeconômica e com outras políticas de desenvolvimento do governo federal

- Implementação por meio de programas, com instrumentos, recursos e responsabilidades definidos
- Definições e propostas de parcerias e articulações entre agências públicas e o setor produtivo
- A PDP elegeu 6 “áreas estratégicas”, 7 “programas para consolidar e expandir a liderança” e 12 “programas para fortalecer a competitividade”

Políticas de incentivo à inovação

Objetivo Central

DAR SUSTENTABILIDADE AO ATUAL CICLO DE EXPANSÃO

Desafios

Ampliar capacidade de oferta

Preservar robustez do Balanço de Pagamentos

Elevar capacidade de inovação

Fortalecer MPES

Metas

Macrometas 2010

Metas por programas específicos

Políticas em 3 níveis

Ações Sistêmicas: focadas em fatores geradores de externalidades positivas para o conjunto da estrutura produtiva

Programas Estruturantes para sistemas produtivos: orientados por objetivos estratégicos tendo por referência a diversidade da estrutura produtiva doméstica

Destaques Estratégicos: temas de política pública escolhidos deliberadamente em razão da sua importância para o desenvolvimento produtivo do País no longo prazo

Políticas de incentivo à inovação

PDP – Programas para fortalecer a competitividade

- Focados em sistemas, cadeias ou complexos produtivo
 - Geradores de efeitos de encadeamento sobre o conjunto da estrutura industrial com potencial exportador
 - Afetados por importações mas com potencial competitivo
- Metas industriais, de exportação e de P,D&I compartilhadas com o setor privado



Políticas de incentivo à inovação

PDP – Análise e propostas para o setor têxtil e de confecções

Situação atual

- Mercado interno em expansão
- Déficit comercial a partir de 2006, após 5 anos de superávit (US\$ 648 milhões em 2007)
- Competitivo no algodão e aumentando participação em sintéticos
- Incorporação recente da nanotecnologia na indústria têxtil mundial
- Pequena participação brasileira no comércio internacional (60º lugar)
- Baixo consumo de têxteis per capita, mas com grande potencial de expansão
- Predominância de MPEs com baixa qualificação técnica e gerencial
- Forte informalidade no setor de confecções

Metas 2010

Ampliar faturamento para US\$ 41,6 bilhões em 2010
(US\$ 33 bilhões em 2006)

Desafios

- Modernizar estrutura produtiva e apoiar a consolidação empresarial
- Desenvolver produtos com maior valor agregado
- Expandir exportações
- Combater práticas desleais de comércio
- Fortalecer cadeia produtiva (segmento MPEs)

Gestão

MDIC